

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Francisco Marciel Miranda de Oliveira;
Centro Universitário Cearense (Unic), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail:
marcielmirandadeoliveira@gmail.com

Francisca Sueli Farias Nunes;
Universidade Federal do Ceará (UFC); Centro Universitário Cearense (Unic), Prefeitura de
Fortaleza; Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: franciscasfn@gmail.com

Francisca Geny Lustosa;
Universidade Federal do Ceará (UFC); Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail:
franciscageny@yahoo.com.br

1. Introdução

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Lei nº 12.764/2012, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI-2025). Esses dispositivos estabelecem a obrigatoriedade da matrícula e permanência de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidade ou superdotação nas classes comuns do ensino regular, garantindo-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Apesar dos avanços normativos, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar ainda se apresenta como desafio, especialmente no que se refere à elaboração de estratégias pedagógicas que atendam às especificidades do desenvolvimento de estudantes com TEA. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 define o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2014). Tais características demandam intervenções pedagógicas estruturadas, previsíveis e flexíveis.

Autores como Mantoan (2004), Coll, Marchesi e Palacios (2004), Medeiros (2010), Melo (2016) e Lustosa (2021) defendem que a inclusão não se restringe ao acesso físico do estudante à escola, mas implica reorganização curricular, adequação metodológica e mudança de concepção acerca da diversidade humana. Diante desse cenário, problematiza-se: quais são as tensões entre as orientações legais e teóricas da educação inclusiva e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no atendimento a estudantes com TEA?

Este estudo tem como objetivo geral analisar estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar. Especificamente, busca identificar as estratégias utilizadas pelas docentes, compreender como o planejamento pedagógico é organizado e investigar o conhecimento e a aplicação das legislações inclusivas no cotidiano escolar.

2. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Foi realizada em uma escola pública municipal de Fortaleza,

Ceará, que atende Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e possui estudantes com diagnósticos de TEA matriculados em turmas regulares.

Participaram da pesquisa duas professoras regentes que atuam diretamente com estudantes autistas. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e observação in loco. O roteiro contemplou questões relacionadas às estratégias pedagógicas, planejamento, formação docente, apoio institucional e participação familiar.

Os dados foram analisados qualitativamente, articulando as falas das participantes ao referencial teórico e aos marcos legais da educação inclusiva. A pesquisa respeitou os princípios éticos aplicáveis às investigações em contexto educacional.

3. Resultados e Discussões

Os resultados indicam que as docentes utilizam como principais estratégias a organização de rotina estruturada e a flexibilização das atividades pedagógicas. A rotina é apresentada diariamente às turmas, seja de forma verbal, seja com apoio visual na lousa, indicando a sequência das atividades. Tal prática favorece a previsibilidade, contribuindo para a redução da ansiedade e para a organização cognitiva dos estudantes com TEA, conforme defendem Medeiros (2010), Schmidt (2012) Lustosa (2021).

No que se refere ao planejamento pedagógico, não há elaboração formal de planos individualizados, mas adaptações realizadas no planejamento geral da turma. Entre as flexibilizações mencionadas destacam-se a redução do número de questões, ampliação do tempo para execução das tarefas e uso de recursos lúdicos e objetos de interesse da criança para ampliar o engajamento. Essas estratégias dialogam com Melo (2016), ao afirmar que a flexibilização curricular constitui condição essencial para garantir participação e aprendizagem.

As docentes relatam desafios significativos, entre eles a quantidade elevada de alunos por turma, a diversidade de demandas educacionais e a ausência de formação continuada específica sobre TEA. Embora a escola disponha de Atendimento Educacional Especializado e sala de recursos multifuncionais, o suporte ainda é considerado insuficiente diante das necessidades apresentadas.

Quanto ao conhecimento das legislações, ambas afirmam estar cientes dos direitos assegurados aos estudantes com TEA, mas reconhecem que há distanciamento entre o que está previsto nos marcos legais e as condições concretas de trabalho nas escolas. A participação familiar também se apresenta como fator relevante: enquanto alguns responsáveis acompanham o processo escolar, outros demonstram baixa participação, dificultando o fortalecimento das ações inclusivas.

Os resultados revelam que há iniciativas pedagógicas alinhadas às recomendações teóricas, porém persistem limitações estruturais e formativas que impactam a efetivação plena da inclusão escolar.

4. Conclusões

A análise das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto investigado evidencia que, embora a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista esteja amplamente

respaldada por marcos legais e por referenciais teóricos consolidados, sua efetivação no cotidiano escolar ainda se configura como um processo tensionado e incompleto.

Ao retomar o problema de pesquisa, observa-se que existe um distanciamento significativo entre o que as políticas públicas e a literatura especializada propõem e aquilo que, de fato, se concretiza nas práticas docentes. As estratégias identificadas, como a organização de rotinas estruturadas e a flexibilização das atividades, demonstram esforços importantes por parte das professoras para promover a inclusão; entretanto, tais ações ainda se desenvolvem de maneira pontual e, muitas vezes, sem o suporte formativo e institucional necessário.

Nesse sentido, os resultados indicam que as dificuldades enfrentadas não se restringem à atuação individual dos docentes, mas estão diretamente relacionadas às condições estruturais da escola, à ausência de formação continuada específica e à complexidade das demandas presentes nas salas de aula. Além disso, a participação familiar, quando fragilizada, contribui para ampliar os desafios do processo inclusivo.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da inclusão escolar de estudantes com TEA exige não apenas a adoção de estratégias pedagógicas isoladas, mas uma reorganização mais ampla das práticas educativas, sustentada por formação docente contínua, apoio institucional qualificado e articulação com a família. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um princípio legal e passa a constituir-se como prática concreta no cotidiano escolar.

5. Palavras-chave

Educação especial; Diversidade escolar; Planejamento pedagógico; Práticas inclusivas; Desenvolvimento infantil.

6. Referências bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, p. 1, 21 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12686.htm. Acesso em: 08 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: Penso, 2004.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2004.

LUSTOSA, Francisca Geny. *Inclusão: o olhar que ensina! A construção de práticas pedagógicas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61678/1/2021_liv_fglustosa.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

MEDEIROS, K. M. S. *Orientações pedagógicas à educação especial*. Cabo Frio: DETEP, 2010.

MELO, C. C. S. *Estratégias pedagógicas direcionadas ao aluno com autismo no ensino fundamental*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SCHMIDT, C. R. *Autismo e educação: reflexões e práticas para professores e familiares*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FRPED